

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO ESPECIAL Nº 1.813.085 - AL (2019/0133999-2)

RELATOR : MINISTRO BENEDITO GONÇALVES
RECORRENTE : ESTADO DE ALAGOAS
PROCURADORES : SÉRGIO HENRIQUE TENÓRIO DE SOUSA BOMFIM E
OUTRO(S) - AL007032
RODRIGO BRANDÃO PALÁCIO - AL006236B
RECORRIDO : GENERINA CANDIDO DOS SANTOS
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE ALAGOAS

DECISÃO

A questão tratada nos autos - cabimento de condenação em honorários sucumbenciais em favor da Defensoria Pública - teve sua repercussão geral admitida pelo Supremo Tribunal Federal nos autos do RE 1.140.005/RJ - (**Tema 1.002**).

Consoante a jurisprudência desta Corte, o reconhecimento da repercussão geral da matéria constitucional, nos termos do art. 543-B do CPC/1973 (art. 1.036 do CPC/2015), justifica o sobrestamento dos recursos especiais, na instância ordinária, que tragam em seu bojo a mesma questão jurídica a ser definida pelo STF. Assim, a Corte de origem pode declarar prejudicados os recursos que se oponham a acórdão que se conforma com o decidido pelo STF ou se retratar. Nesse sentido: REsp 1.486.671/RS, Rel. Ministro Sérgio Kukina, Primeira Turma, DJe 25/11/2014; AgRg no REsp 1.467.551/RS, Rel. Ministro Humberto Martins, Segunda Turma, DJe 9/9/2014.

Ante o exposto, **determino a devolução dos autos ao Tribunal a quo**, com a devida baixa, para que se aguarde o pronunciamento definitivo do STF em sede de repercussão geral, quando então será exercido o juízo de retratação ou declarado prejudicado o recurso especial.

Publique-se. Intimem-se

Brasília (DF), 09 de outubro de 2019.

MINISTRO BENEDITO GONÇALVES
Relator